

---

## REFLEXÕES ACERCA DO RETORNO SEGURO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MELO, Layze Silva<sup>1</sup>  
ANDRADE, Aurília Coutinho Bezerra<sup>2</sup>

---

Recebido (Received): 13/10/2021 Aceito (Accepted): 08/11/2021

Como citar este artigo: MELO, L. S.; ANDRADE, A. C.B. Reflexões acerca do retorno seguro das atividades presenciais na educação infantil. **Geoconexões online**. v.1, Edição Especial, p. 39-50, 2021 (Dossiê: Histórias, fronteiras e pandemias: os desafios dos países e as doenças sem fronteiras).

**RESUMO:** O presente artigo traz reflexões e considerações acerca da retomada segura das atividades presenciais em creches e pré-escolas, a partir de uma pesquisa junto à profissionais da Educação Infantil, elucidando ainda os principais receios dos educadores infantis com a volta das atividades presenciais no contexto da pandemia Covid-19. Apresentamos ainda, algumas publicações e discussões de estudiosos da área sobre as ações a serem pensadas e planejadas com relação ao retorno das atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil, assim como os documentos oficiais e as legislações vigentes. Como resultado compreendemos que é necessário refletir, discutir e repensar as ações pedagógicas como eram antes da pandemia, durante a pandemia e como será em um retorno seguro das atividades presenciais, uma vez que se trata de um atendimento oferecido à crianças de zero a cinco anos, tendo como premissa a criança como centro do planejamento educacional, visando o seu desenvolvimento integral. Consideramos que para haver o retorno adequado é preciso um planejamento cuidadoso e responsável, pautado em prerrogativas que considerem os direitos da criança, sem perder de vista as conquistas históricas da Educação Infantil, em especial as políticas públicas voltadas ao atendimento direcionado a primeira infância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil, Pandemia, Atividades presenciais.

## REFLECTIONS ON THE SAFE RETURN OF ACTIVITIES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

**ABSTRACT:** This article brings reflections and considerations about the safe activities in day care centers and preschools, based on a survey of early childhood education professionals, further elucidating the main fears of early childhood educators with the return of face-to-face activities in the context of Covid-19 pandemic. We also present some publications and discussions by scholars in the area about the actions to be thought and planned in relation to the return of face-to-face activities in Early Childhood Education institutions, as well as official documents and current legislation. As a result, we understand that it is necessary to reflect, discuss and rethink the pedagogical actions as they were before the pandemic, during the pandemic and how it will be in a safe return of in-person activities, since this is a service offered to children from zero to five years old, having as a premise the child as the center of educational planning, aiming at their integral development. We believe that to have an adequate return, careful and responsible planning is needed, based on prerogatives that consider the rights of the child, without losing sight of the historical achievements of Early Childhood Education, especially public policies aimed at providing assistance to early childhood.

**KEYWORDS:** Early Childhood Education, Pandemic, Presential activities.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Pedagogia pela UFPB. layzemello96@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - PPGE/UFPB. Professora efetiva Universidade Federal da Paraíba - Departamento de Educação.

## Introdução

Este artigo se origina a partir de um recorte de uma pesquisa que objetivou identificar junto à profissionais da Educação Infantil, quais ações devem ser discutidas e consideradas em um protocolo de retorno das atividades presenciais, buscando ainda identificar quais os principais receios existentes com relação ao retorno das atividades presenciais no contexto da pandemia Covid-19, em creches e pré-escolas.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS, declarou que estamos vivendo uma pandemia, devido a um vírus identificado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China, denominado de Coronavírus (SARS-CoV-2) e a doença por ele causada (COVID-19). Diante disso, a OMS estabeleceu recomendações acerca do distanciamento e isolamento social como forma de impedir a transmissão do vírus, adotando como uma das principais estratégias o fechamento de serviços essenciais, o que levou à suspensão das atividades educacionais em todos os níveis da educação.

Com a paralisação das aulas presenciais nas instituições de ensino, sobretudo na Educação Infantil, viu-se a necessidade de manter os vínculos existentes entre as crianças, famílias e escolas, uma vez que nesta etapa da educação, a educação a distância não é aceitável. Para tanto, em maio de 2020, o Conselho Nacional de Educação – CNE, publicou um documento orientando Estados e Municípios acerca das práticas optadas no contexto da pandemia Covid-19. Para a Educação Infantil, o Parecer nº 5/2020 sugere que as instituições façam “orientações/sugestões aos pais ou responsáveis sobre atividades sistemáticas que possam ser realizadas com seus filhos em seus lares, durante o período de isolamento social” (BRASIL, Parecer 5/2020, p. 10), em que os momentos cotidianos possam tornar-se espaços que visem interações e aprendizagens para a primeira infância.

Diante das várias recomendações impostas para a sociedade, enquanto medidas de enfrentamento à Covid-19 na intenção de impedir a transmissão do vírus através de aglomerações, as instituições de ensino têm sido motivo de debate no que se refere à possível contaminação, pois segundo Arruda (2020, p. 263) “a escola é um dos espaços sociais em que há maiores trocas e mobilidades de sujeitos de diferentes faixas etárias, portanto, representa espaço de maior probabilidade de contaminação em massa”. Portanto, as creches e pré-escolas interromperam o atendimento presencial como forma de diminuir os índices de contaminação dentro e fora das instituições.

## **Impactos da pandemia na Educação Infantil**

A pandemia Covid-19, provocada pelo novo coronavírus, segue como emergência de saúde pública, apesar de já existir vacinas comprovadamente eficazes e a vacinação seguir avançando mesmo de forma lenta, sobretudo quando nos referimos ao Brasil - especificamente quando são noticiadas quedas de casos - nos causa uma falsa sensação de controle, de que a pandemia esteja perto de acabar, entretanto, compreendemos que ela perdurará por mais algum tempo.

O fechamento de serviços essenciais durante meses, incluindo as instituições de ensino, sobretudo, as instituições de Educação Infantil, ocasionado pela pandemia Covid-19, representou uma mudança no cotidiano de milhares de crianças, famílias, educadores infantis e demais envolvidos com a educação. Uma mudança repentina no cotidiano, nos hábitos e na vida das pessoas, de modo que ninguém estava preparado para tal situação, sobretudo para as crianças pequenas que ficaram sem acesso aos espaços pensados, planejados e organizados para vivenciar experiências, as quais são basilares em seu desenvolvimento de forma integral. Milhares de crianças foram privadas das escolas, do brincar no coletivo, da aprendizagem compartilhada e se encontraram na complexidade do isolamento social e nas mudanças de rotinas em suas vidas.

É importante também considerarmos as situações de vulnerabilidade que muitas crianças se encontram, frisando que muitas dependem das refeições oferecidas nas instituições de Educação Infantil, além dos riscos de aumento de violência e assédio/abuso sexual, devido a maior permanência de uma parcela das crianças dentro de suas casas.

Diante do inesperado, com uma mudança repentina de um modelo educacional com atividades presenciais para um modelo educacional remoto, as instituições de Educação Infantil – as quais não tinham aproximação com uma cultural digital - se veem pressionadas a oferecer atividades remotas para crianças de zero a cinco anos, através das demandas postas por órgãos da educação. Então, a necessidade de se desenvolver atividades online através de plataformas digitais, surge como uma histeria pedagógica na Educação Infantil, fato que agrava ainda mais o cenário que a educação se encontra.

Nesse sentido, as instituições de Educação Infantil incorporaram em seu contexto a utilização das tecnologias digitais e internet como forma de acesso as atividades disponibilizadas para as crianças. Isso nos faz pensar sobre as situações de vulnerabilidade que muitas crianças e famílias se encontram, que não dispõem de necessidades básicas, e nos permite refletir sobre como essas crianças e famílias recebem esse tipo de atendimento das instituições de educação. Couto, Couto e Cruz (2020), apontam que

O acesso à internet continua desigual no País. No Brasil praticamente metade da população não tem acesso à internet ou tem acesso limitado e instável. As desigualdades no acesso e usos da Internet em muitas áreas urbanas periféricas e zonas rurais reforçam as diferenças marcadas por vulnerabilidades sociais (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020, p. 210).

Podemos destacar também a apropriação tecnológica dos educadores infantis, os quais não tiveram uma formação adequada acerca da utilização das tecnologias no cotidiano da sua prática pedagógica. No entanto, este fato implicaria em novas maneiras de ensinar e necessitaria de um entendimento com base em um processo formativo no que se refere as modificações ocorridas em um currículo por meio do uso das tecnologias.

Diante das diferentes problemáticas desveladas socialmente, sobretudo nas mídias sociais, uma dessas problemáticas está relacionada as famílias que se encontram buscando maneiras de realizar as “tarefas” postas, as quais eram desenvolvidas pelos educadores infantis no espaço escolar, uma vez que é preciso compreender que o trabalho pedagógico engloba vários aspectos e requer a participação ativa da instituição junto com as famílias, assim como está instituído nos documentos oficiais legais para a educação.

Portanto, entendemos que para o atendimento a criança de zero a cinco anos é necessária uma prática docente que envolva o cuidado, o toque, a presença física em sala, sendo eixos norteadores as interações e brincadeiras, realizada por profissionais capacitados e à luz de um currículo que tenha como preceito o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI's e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, visando o desenvolvimento integral da criança e suas múltiplas linguagens.

### **Educação de qualidade é direito da criança**

As concepções que se referem à criança enquanto sujeitos de direitos e ao seu atendimento em instituições de Educação Infantil, devem ser respeitadas em qualquer contexto, sobretudo na situação da pandemia. Nesse sentido, a criança como prioridade absoluta precisa ser garantida no respeito enquanto sujeito de direitos, principalmente com relação a qualquer planejamento de retorno das atividades presenciais em creches e pré-escolas, como apontam Campos *et al.* (2020):

Traduzir os cuidados de prevenção da saúde e de apoio às famílias das crianças pequenas frente a uma pandemia, em condutas que sejam educativas e respeitem os direitos humanos de crianças, famílias e profissionais da Educação,

requer, como se pode avaliar, um trabalho articulado, longo e complexo, de diferentes áreas das políticas sociais, que precisa ser desenvolvido o quanto antes (CAMPOS *et al*, 2020, p. 8).

A garantia de padrão de qualidade é um dos princípios da educação em qualquer nível de ensino, sendo previsto no artigo 206º da Constituição Federal de 1988 e no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96. Portanto, para a garantia da qualidade do atendimento a criança pequena, é necessário considerar o que está posto na legislação vigente, com relação as singularidades da primeira etapa da Educação Básica, enquanto objetivo da Educação Infantil, as quais devem primar pelo desenvolvimento integral da criança pequena. É preciso ter entendimento sobre esse propósito para que a identidade desta etapa seja reafirmada e as instituições de atendimento a criança pequena possam se constituir em espaços que objetivem suas práticas no educar, cuidar e brincar no cotidiano da primeira infância. Nesse sentido, deve-se fortalecer os avanços históricos na educação de crianças de zero a cinco anos e não descuidar dos princípios norteadores presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI's (BRASIL, 2010) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

### **Refletindo sobre um protocolo de retorno das atividades presenciais**

Ao se pensar na fase de abertura de creches e pré-escolas, é preciso considerar que as diretrizes para essa retomada devem ser objeto de discussão e entendimento entre diversas áreas do conhecimento, diferentes profissionais e setores das políticas públicas em níveis municipal, estadual e federal (CAMPOS *et al*, 2020). Nesse sentido, pensando em contribuir para um planejamento que vise atender as questões relacionadas ao retorno nas instituições de educação, foi elaborado um documento por Campos (*et al*, 2020), o qual aponta caminhos para as possíveis ações de retomada de modo consciente e baseada nos direitos humanos de todos os envolvidos.

Em primeiro lugar, deve fundamentar-se nos direitos das crianças, atingidas que foram e continuam sendo por uma crise cuja dimensão ainda não conseguimos avaliar; em segundo, nos direitos de seus familiares, surpreendidos por uma situação sem precedentes de mudança de suas rotinas, condições de sobrevivência, impactos na saúde e, em muitos casos, perdas de parentes e amigos pela doença; e em terceiro, nos direitos dos profissionais da Educação, professoras, educadores, funcionários e gestores das creches e das escolas, tanto públicas como privadas (com ou sem fins lucrativos), que terão de enfrentar uma situação para a qual nenhum de nós foi

preparado em sua formação profissional (CAMPOS *et al*, 2020, p. 2).

Para tanto, será fundamental para a retomada das atividades presenciais, que as instituições de Educação Infantil públicas e privadas, dialoguem junto aos órgãos competentes de saúde sobre as orientações que devem ser seguidas, tendo em vista trabalhar em conjunto buscando definir quais caminhos e cuidados necessários para o retorno, visando a segurança de toda a comunidade escolar. Rita Coelho (2021) discute em uma *live* sobre as especificidades da Educação Infantil, de modo que se possa ressignificar as práticas pedagógicas realizadas, seus objetivos e possibilidades no contexto pandêmico.

Eu entendo que a escola é mais que um prédio, **que tem um papel social e** precisa ter compromisso com esse papel social. Mesmo que seja um compromisso organizado de outra forma, **a escola precisa se organizar e ter** um funcionamento específico para o tempo da pandemia. **Um funcionamento que** vai depender de cada escola. [...] porque tudo precisa ser assumido pela escola. Os protocolos sanitários eles precisam ser reinterpretados pedagogicamente, não adianta a saúde falar: usar a máscara, lavar a mão, se nós não ensinarmos pedagogicamente como usar máscara, como lavar as mãos (COELHO, 1:23:40, 2021 – Grifos nossos).

Nesse sentido, compreendemos que é imprescindível o envolvimento de diferentes profissionais para definir os possíveis planejamentos que servirão de orientação para as instituições, uma vez que cada instituição apresenta suas próprias demandas e particularidades. É momento de trabalhar coletivamente, escutar e dialogar com todos, aprender com os erros e buscar melhorar no que julgar necessário, buscando encaminhamentos conjuntos nas tomadas de decisões, sendo um período de muito trabalho e reorganização.

Refletindo sobre a retomada gradual das atividades presenciais em creches e pré-escolas, compreendemos que os educadores infantis têm se empenhado durante esse período remoto e mais ainda para que esse retorno presencial aconteça da forma mais segura possível para todos, buscando seguir os protocolos sanitários. Nesse sentido, alguns procedimentos como o uso de máscaras, a disponibilização e uso de álcool gel para a higienização das mãos, de objetos e espaços, o distanciamento físico, o não compartilhamento de objetos pessoais, assim como a aferição de temperatura na entrada das instituições, passarão a fazer parte do cotidiano das instituições de Educação Infantil.

Além de formações para os educadores infantis acerca das medidas adotadas com relação ao retorno, é fundamental o apoio emocional e uma atenção especial às crianças

pequenas que já frequentavam a escola e àquelas crianças que estão indo pela primeira vez, para que seja possível compreender que o espaço existente antes da pandemia foi repensado e organizado para ser utilizado sob outras orientações. É preciso redobrar a atenção no que se refere ao compartilhamento de objeto pelas crianças - algo que é natural para elas – buscando orientá-las sobre isso, no entanto, os pequenos são educados para a solidariedade, parceria e interação com o outro, fato que nos permite refletir que nesses momentos, estamos indo na contramão desses valores. Além disso, entendemos que é quase automático para algumas crianças o ato de abraçar e nesse momento isso não é possível. Nesse sentido, no que se refere ao compartilhamento e objetos e o ato de abraçar, é necessário explicar que está sem uma situação passageira, que logo será possível abraçar e brincar todos juntos novamente. Entretanto, é importante enfatizarmos que tais ações não devem ser naturalizadas pelos educadores.

Portanto, para um retorno responsável das atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil, com relação à saúde e bem-estar de crianças, famílias, profissionais da educação e demais profissionais que fazem parte da comunidade escolar, deve ser necessário o acolhimento socioemocional, pautado na segurança e nos cuidados necessários com si próprio e com o outro, a fim de evitar a contaminação da Covid-19. É preciso considerar a existência de processos de formação para todos os profissionais do âmbito escolar, sobretudo, os educadores infantis, no que se refere ao desenvolvimento das atividades num contexto de pandemia.

### **Aspectos teórico-metodológicos**

Nossa pesquisa se constitui como quanti-qualitativa e bibliográfica, sendo de natureza exploratória visto que há pouco conhecimento acerca dessa temática. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário via plataforma Google Forms, sendo nosso público-alvo os profissionais da Educação Infantil, sendo coletadas 141 respostas de educadores infantis de 10 Estados do Brasil.

A pesquisa objetivou identificar as ações acerca de um protocolo de retomada segura das atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil, trazendo ainda os principais receios com relação a volta das atividades presenciais no contexto da pandemia.

### **Resultados alcançados**

Na busca por identificar se os profissionais da Educação Infantil se sentem seguros para voltar as atividades presenciais em creches e pré-escolas, uma vez que Estados e

Municípios estão planejando o retorno, os dados apontaram que 56% dos educadores infantis não se sentem seguros para retomar as atividades em meio a pandemia, especialmente por se tratar de crianças pequenas e bem pequenas, que precisam de atenção, cuidados e educação básicos.

Dentre as possíveis inquietações na retomada das atividades, as falas remeteram a preocupação, medo e insegurança dos profissionais da Educação Infantil relativos à retomada das atividades presenciais. Os dados apontam para o risco de contágio do coronavírus e as novas cepas que podem surgir, devido à falta de segurança e estrutura das instituições de educação para receber as crianças, famílias, professores, diretores e demais funcionários das instituições, de modo adequado e seguro, adotando procedimentos que garantam a proteção de toda a comunidade escolar e de tantas outras pessoas as quais tiverem possíveis contatos.

Vale enfatizar também que as atividades e a forma de trabalhar terão que ser pensadas e planejadas cuidadosamente, uma vez que o contato com as crianças será de maneira diferente, sendo a adaptação das crianças pequenas uma das preocupações dos educadores nesse “novo normal”, assim como um possível estranhamento ao uso de máscara pelos educadores, a utilização de álcool gel, o distanciamento social que vai contra o que dizem os documentos norteadores para a Educação Infantil, que tem como premissa o brincar através de interações com o outro, considerando ainda que se trata de crianças tão pequenas. Respeitar o distanciamento segundo algumas falas apontam, é impossível, pois não há como impedir que crianças se abracem depois de tanto tempo afastadas, especialmente na hora da brincadeira em que há interações.

O medo, diante do risco iminente de infecção, também é um fator estressante que gera o aumento de sentimentos de angústias nas pessoas. Aprender a lidar com esse estado emocional requer, por parte do indivíduo, uma capacidade para regular essas manifestações. Isso significa a necessidade do desenvolvimento de uma competência emocional que viabilize um processo de autorregulação dessas emoções e sentimentos, isto é, construir novas aprendizagens/domínios sobre nossas emoções (FERRAZ; FERREIRA; FERRAZ, 2020, p. 9).

A contaminação e transmissibilidade do vírus é uma realidade que alguns insistem em querer contestar e propagar falsas informações por meio de veículos de comunicação, além de ir contra o que declara a Organização Mundial da Saúde - OMS. Todavia, diante desse contexto de pandemia e medidas protetivas que estamos vivenciando desde março de 2020, soma-se o medo de se infectar pela Covid-19, que traz consigo consequências, a depender do efeito do vírus em cada organismo, podendo levar uma pessoa à óbito. No âmbito

educacional, há ainda os desafios enfrentados dentro das instituições de educação, especialmente da Educação Infantil, uma vez que o processo de socialização e interação fica comprometido devido as medidas de distanciamento social recomendadas pelos órgãos competentes de saúde.

Na esfera educacional, se tratando da Educação Infantil, a educação que acontece com crianças pequenas é marcada pelas interações e brincadeiras com outras crianças, pelo toque, pela proximidade com o outro, em um ambiente que considere as necessidades e peculiaridades específicas de cada criança, que contemplem atividades educativas de cunho pedagógico e sejam planejadas visando a exploração do espaço físico de creches e pré-escolas.

A partir dos dados coletados, obtivemos ainda sugestões de ações a serem consideradas em um protocolo de retomada das atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil. Os dados apontam que uma das preocupações para a volta presencial remete a quantidade de crianças em sala de aula, prezando pelo mínimo possível, uma vez que se faz necessário evitar aglomerações para impedir o contágio e a transmissão do vírus, embora seja uma realidade difícil de se alcançar em creches e pré-escolas, sobretudo nas instituições públicas. Para tanto, devemos considerar que não há como manter o distanciamento entre as crianças, quando se deve prezar pelas interações e brincadeiras como basilar no seu desenvolvimento integral, tendo em vista manter uma higienização constante em sala de aula de acordo com os protocolos sanitários.

As falas dos profissionais da Educação Infantil – sujeitos da pesquisa, também se referem aos Equipamentos de Proteção Individuais de segurança (EPI's) adequados, a serem disponibilizados a todos os funcionários das instituições, além de orientar as famílias, educadores e demais profissionais que atuam nas instituições sobre os cuidados de higiene a serem seguidos, de acordo com as recomendações dos órgãos competentes de saúde, trazendo para a discussão os profissionais de saúde que são essenciais nestes tempos pandêmicos, para esclarecer as possíveis dúvidas.

Nesse seguimento, ao planejar uma retomada segura das atividades presenciais, faz-se necessário refletir sobre a escola que tínhamos, a escola que temos e a escola que queremos ter, considerando o atual contexto da pandemia, prezando pela segurança, saúde, educação, de forma cuidadosa. Nesse sentido, há inúmeras questões a serem vistas diante de um retorno das atividades presenciais e os cuidados básicos que devem ser seguidos por toda a comunidade escolar. O acolhimento para com as crianças, famílias, educadores infantis e demais profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil, é indispensável neste contexto.

## **Algumas considerações**

Compreendemos que o momento é de refletir, discutir e repensar as ações pedagógicas para a Educação Infantil, uma vez que se trata de um atendimento direcionado as crianças de zero a cinco anos, tendo como premissa a criança como centro do planejamento educacional, enquanto protagonista de todo o processo educativo, um planejamento cuidadoso e responsável, pautado nos documentos oficiais norteadores, cujos eixos são as interações e brincadeiras, considerando os direitos de aprendizagem.

O trabalho desenvolvido nas instituições de Educação Infantil, precisa preservar os direitos das crianças, as quais são o centro do planejamento educacional. Além disso, é adequado dar a opção aos familiares de encaminhar as crianças às instituições ou aguardar um pouco mais, até que se sintam mais seguras acerca do retorno. Com relação à isso, compreendemos que por mais cuidados que sejam adotados, os protocolos sanitários desenvolvidos pelos órgãos responsáveis não foram preparados para crianças tão pequenas conseguirem seguir à risca - embora tenhamos entendimento que as crianças respeitam as medidas adotadas, diferentemente de alguns sujeitos adultos. Portanto, pequenos equívocos podem ocorrer em creches e pré-escolas que já voltaram as atividades presenciais ou que estão planejando o retorno.

Reiteramos e defendemos que uma volta segura e gradual das atividades presenciais deve acontecer quando não houver riscos para nenhum ser humano, considerando as políticas de proteção social.

Entendemos que neste novo cenário, faz-se necessário olhar para os documentos oficiais, sem perder de vista as conquistas na história da Educação Infantil construídas nas últimas décadas, em especial as políticas públicas voltadas ao atendimento direcionado a primeira infância. Os avanços e conquistas que ocorreram no decorrer do tempo e continuam acontecendo a pequenos passos, são de grande importância em prol da educação de crianças de zero a cinco anos de idade, resultantes da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, que reconheceram a criança enquanto sujeito de direitos, sobretudo o direito a uma educação de qualidade.

Portanto, precisamos continuar nossa luta em defesa de uma Educação Infantil de qualidade, que assista a criança pequena em suas necessidades e especificidades, visando o seu desenvolvimento integral, constituindo o educar, o cuidar e o brincar no cotidiano experienciado pelas crianças pequenas dentro das instituições de educação, como propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI's, assim como, é

importante compreender adequadamente a criança e a infância, e o que implica as suas múltiplas aprendizagens.

Esperamos através da nossa pesquisa, contribuir e respaldar futuros estudos acerca da temática em questão, colaborando na construção de conhecimentos em prol de uma educação destinada as crianças pequenas.

## Referências

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede -Revista De Educação a Distância**, 7(1), 257-275, 2020. Disponível em: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 05/2020**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 05 de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CAMPOS, Maria Malta et al. Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores. **ANPED**, maio 2020. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/news/para-um-retorno-escola-e-creche-que-respeite-os-direitos-fundamentais-de-criancas-familias-e>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

COELHO, Rita. **Interações remotas na Educação Infantil: desafios e possibilidades**. Canal SEMED MACÉIO. (1:23:40). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8jFkkOfT99g>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

COUTO, Edvaldo Souza; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da covid-19. **Interfaces científicas**.V.8, n.3. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>>. Acesso em: 01 set. 2021.

FERRAZ, Rita de Cássia Souza Nascimento; FERREIRA, Lúcia Gracia; FERRAZ, Roselane Duarte. Educação em tempos de pandemia: consequências do enfrentamento e (re)aprendizagem do ato de ensinar. **Revista Cocar**. Edição Especial N.09/2021 p.1-19. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>>. Acesso em: 27 jul. 2021.